



**Linha de Pesquisa: Economia Brasileira, História Econômica e Metodologia**

## **A PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES EUROPEUS NO DESENVOLVIMENTO DO CICLO DO AÇÚCAR NO BRASIL**

Guilherme Martins Ruviano<sup>1</sup>

Lucas Gonçalves Porto<sup>2</sup>

Tatiéli Monique Brönstrup<sup>3</sup>

Yasmine Assmann<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo promover uma análise acerca da influência da produção de cana-de-açúcar para a economia do Brasil Colônia nos séculos XVI e XVII, no momento em que a mesma era explorada, e ainda destacar a participação dos Países Europeus na inserção e no decorrer do ciclo do açúcar. Os procedimentos metodológicos consistem na revisão da literatura especializada acerca da história do período inerente a questão tanto econômica, social e política do período. A conclusão é de que devido a forma de povoamento juntamente com a participação dos Países Europeus que a indústria açucareira alavancou e obteve grandes lucros, além de apresentar-se como uma grande geradora de lucros.

**Palavras-chave:** Brasil Colônia, Indústria Açucareira, Países Europeus,

**Abstract:** This article aims to promote an analysis of the influence of the production of cane sugar to the Colonial Brazil economy in the sixteenth and seventeenth centuries, at the time it was explored, and also highlight the participation of European countries in and during insertion of the sugar cycle. The methodological procedures consist in the specialized literature review on the history of inherent period the question both economic, social and political period. The conclusion is that due to the form of settlement with the participation of European countries that the sugar industry leveraged and earned big profits, and present itself as a major generator of profits.

**Key Words:** Brazil Colony, Sugar Industry, European Countries

**JEL: N**

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gruviano@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: lucasporto3079@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: tatieli.acej@gmail.com

<sup>4</sup> Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: niniassmann@yahoo.com.br

## **INTRODUÇÃO**

O açúcar foi o auge de produção durante a segunda metade do século XVI e permaneceu até o fim do século XVII e foi de suma importância comercial, e para expansão de terras brasileiras no Brasil Colonial. Portanto, é imperativo destacar como ocorreu o desenvolvimento desta indústria açucareira desde seu princípio, ou seja, a partir do povoamento e da forma organizacional imposta pelos países relacionados. Por isso, busca-se analisar cada um desses, e seus prós e contra para o ciclo da cana de açúcar. Por outro lado, almeja-se perceber as dissemelhanças entre a inserção do açúcar em relação ao Pau-Brasil, que modificaram o sucesso de ambos.

## **2. LINHAS GERAIS DO BRASIL COLONIAL**

O descobrimento do Brasil em 1500 de início não rendeu a Portugal a mudança em sua política de implantação de feitorias comerciais que eles tanto esperavam, ela continuou, portanto, no Oriente. A nova terra marcava o domínio português na América, que era rica em Pau-Brasil, mas não apresentava vestígios de metais preciosos, com isso, nada estimulava a efetiva ocupação da Terra de Santa Cruz, explica Ferlini (1984). Durante os trinta anos seguintes a chegada de Cabral, os enormes territórios americanos que cabiam a Portugal foram tratados como segundo plano. Contudo, outras nações europeias, preocupadas com o avanço português, trataram de firmar domínio em nosso território, os franceses principalmente, frequentavam o litoral brasileiro em busca de escambos com os índios. Assim, trocavam espelhos, facas, colares, por exemplo, para terem Pau-Brasil.

Gradativamente a ocupação da América tomou outras dimensões, pois a Espanha descobriu em seus territórios prata em abundância, e as nações excluídas pelo Tratado de Tordesilhas acreditavam que os portugueses só tinham direito às terras que ocupassem efetivamente, portanto, isso fez com que o domínio sobre o Brasil se tornasse uma grande preocupação para Portugal. Para este último, que estava pressionado pela disputa de posse de colônias americanas, era uma tarefa pouco atrativa economicamente, já para a Espanha, com os metais preciosos achados em abundância, o problema da ocupação de territórios já havia sido solucionado, pois a prata praticamente autofinanciou a colonização.

Segundo Júnior (1969), o caráter mais profundo da colonização consiste na forma pela qual se distribuiu a terra a única riqueza da colônia era a superfície do seu solo e os recursos

naturais o que possibilitou a forma de exploração pela agricultura ou pela pecuária. O povo comerciante deu preferência a forma mercantil se afastando do cultivo do solo.

Concluíram os portugueses que a ocupação da América só poderia ser feita com recursos externos, mas sem prejudicar o Império Colonial das Índias que começava a apresentar problemas. Os gastos com a manutenção das posses do Oriente eram grandes, e sobrava pouco lucro da venda de especiarias, por isso era preciso explorar novas fontes de riqueza e conjuntamente manter as terras americanas.

Acerca da visão que os Portugueses deparam-se ao chegar nas terras brasileiras e sobre o modo que vão guiar esta economia, Ramos (1961) destaca que o desenvolvimento da civilização apoia-se na interação entre os princípios estipulados pela razão em união com a realidade; assim os colonizadores necessitam conhecer os princípios estabelecidos pela razão e a realidade do local onde devem operar, no caso a terra e o homem do Brasil. Ao esbarrar-se com a realidade brasileira defrontam-se com a floresta e com o selvagem, algo muito diferente da sua realidade.

### **3. A ECONOMIA BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVI E XVII: A DINÂMICA DO CICLO DO AÇÚCAR**

Na Europa o paladar se tornou mais aguçado após a guerra dos cem anos em 1453 e com o fim da seca, da fome e da peste, que assombraram no século XVI. Devido a este fato, substituiu-se o mel pelo açúcar que na época era de raro consumo devido ao seu preço muito elevado.

O açúcar já havia sido introduzido na ilha da Madeira, na Europa, por Portugal e a sua produção chegou a alcançar 1.800 toneladas em 1498. É imperativo destacar que houve um aumento do consumo do açúcar na Europa, e isto, o introduziu como um produto conjuntural, como dito por Furtado (1984), motivando os europeus a permanecerem no Brasil.

A lavoura canavieira, que foi a melhor opção para a ocupação do Brasil, dava uma nova forma de colonização, pois, a ocupação desses territórios até então, era limitado à comercialização de produtos encontrados nas terras. Assim, Portugal transformava a empresa colonial em um sistema produtivo, onde as técnicas e os recursos da Metrópole criavam um constante fluxo de produtos destinados a Europa, descreve Ferlini (1984).

Sodré (1996) enfatiza em sua obra que era necessário encontrar um produto que fosse produzido em grande escala e ainda aceitado pelos consumidores europeus. Além do mais,

tinha-se a necessidade de se adequar com as condições ecológicas brasileiras, e também precisava-se resolver os problemas da força de trabalho, dos investimentos iniciais, do transporte, dos fretes e da ampliação do mercado consumidor. Por conseguinte, foi o açúcar o produto que correspondia a grande maioria dessas condições.

Portugal frisou seu interesse nas terras americana, pelo fato de aqui ter-se condições climáticas adequadas para o cultivo do açúcar. Ao se tratar dos colonizadores lusitanos, ao homem português do século XVI, Ramos (1961, p. 3) sobre os portugueses exalta “..., a vitória da nossa civilização. Encontramos nele o pensamento que o guiou para o seu triunfo”.

Em 1534, o rei de Portugal implanta um sistema de administração do território brasileiro, no que consistia na divisão da costa brasileira em grandes faixas de terras. Dividiu-se em 12 faixas de terras, que ficou conhecido como Capitânicas Hereditárias, e esse ato tinha como objetivo principal colonizar e evitar invasões estrangeiras no país. Os lotes de terras serão doados ao donatário, e eram denominadas como sesmarias, essas necessitavam uma exploração extensiva e intensiva, gerando uma produção em grande escala, como frisou Mendonça e Pires (2002).

Essas faixas de terras estendiam-se do litoral para o interior, ou seja, do Rio Grande do Norte a São Vicente em São Paulo, suas distribuições eram de acordo com as decisões dos donatários que as recebiam. As sesmarias apresentavam exigências para o processo de produção e transporte do produto, como no caso do solo que é de suma importância para o plantio da cana-de-açúcar. Todavia, existirão sesmarias com características e restrições diferentes de outras o que causará uma divergência na sociedade açucareira.

O governo através da isenção de impostos por 10 anos e outros diretos específicos, como, por exemplo, o direito da nobreza cujo procura incentivar aos interessados para que passem a instalar engenhos na capitania real de São Salvador. Assim destaca Furtado (1984, p. 24) “Houve condições para emergir a classe *senhores de engenho* como expressão da aristocracia rural, principalmente no Nordeste”. E além disso, ao se tratar deste Estado, ainda pode-se ressaltar que neste tinha-se a predominância de terras qualificadas, pois é lá que se encontram o *massapé*, solo vantajoso para o rendimento das safras açucareiras, sendo de grande forma favorecedor.

Primeiro momento da dominação portuguesa na Colônia, o Nordeste açucareiro deu a luz ao Brasil. Era uma nova sociedade, sonhada pela ambição europeia, moldada em massapé e açúcar, em sangue e suor de escravos. As articulações sociais, a composição étnica, os padrões culturais, as relações de trabalho e de poder forjaram-se em torno dos engenhos e das lavouras de cana. E se bem que ao longo de três séculos a colônia tenha sofrido modificações, as linhas gerais, marcadas pela

produção açucareira permaneceram como matriz de nossa sociedade.” (FERLINI, 1984, p. 8).

Dentre os doze lotes de terras - denominados como Capitânicas Hereditárias - somente duas obtiveram o sucesso desejado, que são: a Capitania de São Vicente do donatário chamado Martim Afonso de Souza, e a Capitania de Pernambuco do donatário chamado Duarte Coelho Pereira. Esse sucesso tanto almejado foi auferido em circunstância dessas Capitânicas terem donatários com ampla capacidade administrativa, tanto industrial quanto local. É importante salientar que as terras eram doadas à quem realmente pudesse “cultivá-la”, como afirma Sodré(1996).

A estrutura agrária brasileira nasceu do açúcar. Para sua produção terras foram doadas, homens deixaram a Europa sonhando com a riqueza, organizou-se o comércio, o tráfico negreiro ganhou folego. Produto mais importante da economia colonial, o açúcar oscilou, desde o século XVI, ao sabor do mercado e da política econômica, mas se manteve, mantendo uma sociedade violenta onde, sob a capa do paternalismo, senhores esmagaram escravos e, ainda hoje, usineiros esmagam camponeses. (FERLINI, 1984, p. 8).

Nestes lotes de terras, os senhores de engenho organizavam sua propriedade da melhor forma possível, e tinham seus engenhos que consiste na plantação estabelecida ao redor do trapiche, onde se produzia o açúcar cujo objetivo era exportar para Portugal e para o restante da Europa. Sodré (1996) relata em sua obra que a difusão da cultura portuguesa na América se deve essencialmente a organização socioeconômica que foi implementada desde o início de sua formação. Pois, Teve-se a necessidade de grandes áreas de terras para a produção e se ter uma economia de escala, isso acarreta em grandes propriedades agrícolas, as mais conhecidas como latifúndios.

Sodré (1996) destaca que a inserção de uma aristocratização social na economia açucareira deve-se pelo fato de ir-se extinguindo os pequenos produtores os quais passam a depender do senhor de engenho. Os pequenos produtores passaram a entregar a cana e logo acabaram cedendo suas terras e escravos, e foi esse o acontecido que induziu-se a aristocratização social. Assim, percebe-se a importância atribuída a organização e ao senhor de engenho neste período de produção açucareira.

Segundo Furtado (1984), os senhores de engenhos que tinham seus plantadores denominados *sesmeiros*, recebiam de 30 a 50% da safra que era produzida. Já Furtado (2003) destaca que os senhores de engenho obtinham cerca de 90% da renda gerada no engenho. Furtado (1984) salienta ainda que quando eles não conseguiam saldar suas dívidas acabavam obrigando-se a vender ou abandonar as suas terras.

Os moradores deste período era em sua maior parte integrada por portugueses pobres, os quais dependiam direta ou indiretamente dos senhores de engenho, e quando esses não obtinham recursos tornavam-se assalariados. Outra figura nesse processo é o lavrador, que nada possui, cumpria com trabalho braçal e obtinha o seu salário.

Era nos engenhos que se produzia o açúcar, esse passou a ser uma complexa agroindústria, reforça Furtado (1984). Neste período inicial, tinha-se a preocupação quanto a questão dos ataques dos gentios na hora do transporte do produto, à vista disso buscou-se instalar os engenhos próximo ao litoral e de pequenos rios, deste modo era menor a possibilidade de ataques na hora do embarque do produto, o qual era transportado via a canoa e/ou com a barca, os quais eram os principais meios de transporte no momento.

Obtinha-se uma grande margem de lucro, pois quando o açúcar exportado pelo Brasil era vendido para a metrópole estabelecia-se um preço de 285% do preço *Free on board (FOB)*, ou seja, preço quando posto a bordo. Percebe-se o quão volumoso era o lucro adquirido sobre a comercialização deste produto, porém cabe ressaltar que ao comercializar-se outros artefatos, como o tabaco, o cacau, o algodão, colocava-se uma margem ainda maior do que aquela estabelecida sobre o açúcar, explana Furtado (1984).

Na segunda metade do século XVI, o açúcar do Brasil constituía um dos vértices do sistema triangular de comércio, que envolvia a América, a Europa e a África. Navios partidos de Lisboa carregavam para as costas do golfo da Guiné produtos manufaturados, conduzindo depois para o Brasil escravos negros e, posteriormente, açúcar brasileiro para Lisboa. Numa outra corrente de comércio, navios carregavam produtos manufaturados, vinhos e alimentos, artefatos de cobre para o Brasil, levavam aguardente e tabaco para a África, retornavam ao Brasil com negros, seguindo abarrotados de açúcar para Lisboa. (FERLINI, 1984, p. 64).

No momento de implantação da agroindústria do açúcar deparou-se com a “falta de braços”, como comenta o autor Furtado (1984), para realizar o trabalho de exploração das grandes propriedades. Em Portugal, antes do descobrimento, utilizavam-se a mão de obra escrava africana, o que não exigiu dos portugueses a realização de trabalhos árduo e também trabalhos braçais, penosos. Na produção açucareira no Brasil Colonial, em virtude do método adotado em Portugal, os portugueses não tinham aptidão para o manejo na agroindústria, além de que não se adaptaram com as condições climáticas do local. Desta forma, eles voltaram-se para as atividades mercantis e para funções de engenho, já para os serviços mais intensos buscou-se implantar a escravidão.

No Brasil, o regime escravista não surgiu da desintegração da comunidade indígena primitiva: foi estabelecido por colonizadores que eram provenientes de um meio (o metropolitano) onde predominava uma etapa mais avançada, a da escravidão feudal, mas que, no Sul e nas Ilhas do Atlântico, conhecia também o trabalho escravo. (SODRÉ, 1996, p. 22)

A primeira mão de obra utilizada foi a indígena, que eram muitos e se concentravam no litoral. É sobre o indígena que é imperativo destacar a ideia de Furtado (2003 pag. 47) de que: “A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra.” Tem-se o conhecimento de que os índios trabalhavam para os colonos e recebiam objetos em troca do seu serviço, isto é, como meio de pagamento. Eles não estavam satisfeitos pela baixa bonificação, de modo consequente tornaram-se mais rigorosos querendo mais em troca do seu serviço fazendo com que a margem de lucro do negócio diminuísse. Os colonos passaram a lidar com os indígenas de forma mais branda, barrando-os da fuga e obrigando-os ao trabalho. Ocorreram guerras entre colonos e indígenas, e Caio Prado Jr. (2008, p. 35) ressalva “de toda essa agitação eram os índios naturalmente que levavam o pior; mas nem por isso os colonos deixaram de sofrer muito”.

Júnior (1969) também explana o porquê o trabalho escravo era o meio mais favorável na economia colonial brasileira neste momento.

A pequena propriedade não encontrou terreno favorável para se desenvolver na economia da colônia. O trabalho livre de pequenos lavradores não podia concorrer na rude tarefa do desbravamento de uma terra ainda virgem e nas primitivas culturas e produções aqui adotadas como o grosseiro trabalho do escravo. Este satisfazia plenamente as exigências dessa rudimentar agricultura por um custo inacessível ao trabalho livre. (JÚNIOR, 1969, p. 19).

Em 1570, cria-se a primeira carta régia a qual estabelece o direito da escravidão dos índios, os quais não poderiam ser capturados, estes só poderiam ser presos e escravizados em situação de guerra justa. Desta maneira, tornar-se-iam escravos somente aqueles que se confrontassem com o colonizador. O índio foi um mau trabalhador, sem resistência física e sem eficiência, ele não era capaz de suprir as necessidades do período, surge então a figura do negro africano que permanecerá até o fim da era colonial.

É imperativo destacar que o custo do escravo negro era muito elevado, pelo fato de que tentava-se aproveitar ao máximo o espaço dos navios, denominados tumbeiros. Esses tinham péssimas condições higiênicas, pouco alimento, proporcionando uma grande perda de escravos a bordo, sendo que apenas 50% do total desembarcavam com vida no Brasil, destaca Júnior (2008). Após chegarem em solo brasileiro, escravos eram alimentados e após vendido

em praça pública e a grande maioria era separada dos familiares, em seguida sendo enviados para as fazendas e engenhos. Ressalva-se que os primeiros contingentes de escravos africanos chegaram em 1549 e foi um passo crucial para a implantação da agroindústria do açúcar no Brasil, ressalva Furtado (1984). Furtado (2003, p.48) descreve o escravo africano como “base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado”.

Tinha-se presente a *plantation*, e o engenho tinha uma combinação bem mais aguçada do que as existentes em períodos anteriores. É como realça Ferlini (1984):

O engenho era, pois, uma complexa combinação de terra, técnica, trabalho compulsório, empresa e capital, que abrangia moendas, partidos de cana, pastos, senzalas, casa-grande, escravos e equipamentos. Atividade peculiar, que combinava no campo a *plantation* (...)” (FERLINI, 1984, p. 42).

Eram os proprietários ou alguma ligação com investidores estrangeiros, no caso genoveses ou flamengos, que investiam no capital dos engenhos. Era preciso um abundante investimento em capital para a aquisição de bens de produção e ainda para se manter o giro de funcionamento do engenho. Quando Portugal estava esgotado financeiramente, houve uma contribuição financeira dos holandeses auxiliando na questão dos engenhos e importação de escravos da África negra, de acordo com Furtado (1984).

Entre 1530 a 1670, a produção e os preços do açúcar aumentaram de forma contínua. De acordo com Furtado (1984), em 1570, havia 60 engenhos e alcançou-se uma produção de 180 mil arrobas (2700 toneladas) a exportação foi de 270 mil libras esterlinas; em 1650 tinha no Brasil 350 engenhos, nesse momento a produção chegou a 2 milhões de arrobas (30000 toneladas) e a exportação foi de 3.810 mil libras. Em 1527 a 1601, houve uma inflação pelo fato da entrada da prata da América Espanhola na Europa, houve uma desvalorização de 25% da libra esterlina.

Na Europa havia um monopólio de mercado pelos portugueses e holandeses, local para qual era destinada a produção. O senhor de engenho não participava da produção e comercialização do açúcar durante vários anos, isso apenas mudou na metade do século XVII quando iniciou-se a concorrência de produção do açúcar nas Antilhas, tendo-se assim uma modificação na estrutura existente. Em 1654, os holandeses devido aos ataques luso-brasileiros e pelo fato de vislumbrarem vantagens nas Antilhas organizaram nesse local uma moderna indústria açucareira.

Foi neste século XVII que o Brasil era o maior produtor mundial de açúcar e é a partir deste momento que aparecem os concorrentes na indústria açucareira cita Júnior (2008). E



neste momento, iniciou-se o cultivo de tabaco - em pequena escala de produção - também lançou-se o comércio de produtos nativos, o cacau, o algodão e o couro.

Ao conduzir produtos antilhanos para o mercado internacional ofertou-se muito produto o que ocasionou na decadência dos preços acarretando a queda da produção do Brasil. Destinou-se a produção para o consumo interno o que necessitou na política tarifária protecionista. Com essa quebra de monopólio, Furtado (2003) cita em sua obra que no século XVII, tem-se uma redução na rentabilidade da empresa agrícola-colonial. E, têm-se indícios de que a renda real que era gerado na produção açucareira, nesse período, reduziu em um quarto do total. Furtado explana (2003, p. 25): “O principal acontecimento da história americana no século XVII foi, para o Brasil, o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais”.

No final do século XVII, a população colonial vinha crescendo o que gerou iniciativas para exercer certas atividades proporcionando uma acentuada política de restrições econômicas. Porém não era aceito a produção de qualquer gênero a não ser aquele que interessa-se à metrópole e, além do mais não admitia-se aqueles produtos que fizessem concorrência com a produção nacional. Iniciou-se assim o cultivo da oliveira, da vinha, e das especiarias como, por exemplo, a pimenta e a canela, destaca Júnior (2008). Com declínio do ciclo açucareiro não transferiu-se recursos para outras atividades econômicas, nem teve-se mudanças estruturais em vista de um crescimento a longo prazo.

#### **4. A PARTICIPAÇÃO ESPECÍFICA DOS PAÍSES EUROPEUS NA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA NO PERÍODO XVI E XVII**

##### **4.1 O conhecimento técnico e o pioneirismo de Portugal**

Portugal vinha para o Brasil com o alvo de enriquecer ou para produzir mercadoria, ou seja, que houvesse algum excedente destinado ao mercado, ressalva Sodré(1996). Os portugueses já tinham uma experiência na questão açucareira devido as plantações de cana-de-açúcar em Coimbra e Algarves, na Ilha dos Açores. Todavia, neste local o clima era desfavorável e não conseguia-se atingir o sucesso tão almejado. Assim, passa a investir e focar seu interesse mais ainda nas terras brasileiras, pois estavam propicias ao plantio da cana-de-açúcar pelo fato do clima do nosso país ser quente e úmido.

Destaca Ferlini (1984), com os problemas econômicos que as colônias do Oriente apresentavam, coube a Portugal achar outra maneira para a ocupação das suas colônias americanas, que não fosse apenas a extração de recursos naturais praticada. Sabia-se que havia um custo para a exploração agrícola, que teria de interessar aos investidores da metrópole e, ao mesmo tempo, render bons recursos para a manutenção em defesa do mesmo. O grande problema era a distância entre Brasil e Portugal, que para se tornar viável a produção, teria que produzir mercadorias que tivessem altos preços no mercado europeu, para assim arcar com os custos do frete. Porém, a coroa portuguesa possuía um trunfo, pois dominava desde o século XV a produção do açúcar, com plantações nas ilhas do Atlântico.

Diversos países europeus disputaram o território brasileiro, os primeiros foram os franceses. Logo após, no século XVI, Portugal frisou na batalha de não deixar os invasores ficarem em solo brasileiro e assim, mantinha a soberania da colônia. Enfrentou dificuldades nessa questão, como dito por Mendonça e Pires (2002, p. 73) “Quando a monarquia lusitana passou a ser controlada pela Espanha, em decorrência da questão sucessória que levou ao fim da Dinastia Avis.” Isso desorganiza totalmente Portugal que acaba perdendo todo o seu comércio asiático.

No século XVI em diante os portugueses são mais um em conjunto com os flamengos a produzir açúcar. Os flamengos refinavam o produto que vinha de Lisboa e distribuía por praticamente toda a Europa. Ainda, Portugal deparou-se com dificuldades pela escassez de trabalhadores poder-se-ia utilizar da mão de obra livre, porém só iria-se atrair trabalhadores com um remuneração de bom agrado o que elevaria os custos, sendo assim inviável.

Os portugueses voltaram a sua produção para o Sul, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Vicente pelo fato dos holandeses estarem ocupando o Nordeste. Com a baixa produção de cana de açúcar, os portugueses focaram-se na produção de aguardente e tabaco. Em Portugal já tinha-se desenvolvido equipamentos para os engenhos de açúcar. E sabe-se que Portugal tornou-se dono de uma grande empresa produtora colonial, cujos lucros eram disputados interna e externamente, destaca Sodré (1996).

Em 1580, Portugal e suas regiões coloniais passaram a ser domínio da Espanha por causa da ascensão de Filipe II, o que desestabilizou a economia portuguesa e ainda ocasionou com que o monopólio comercial ficasse mais fechado, o que afastou a Holanda. Portanto, Holanda passou a ser hostil com o acontecido (excluída dos benefícios de exploração colonial brasileira), o que levou o país a atacar e apoderar-se da zona produtora de açúcar, além do mais estabeleceu nas Antilhas a sua própria produção de açúcar.

A lucratividade desse império do açúcar não ficaria muito tempo apenas em mãos dos portugueses. Em 1580, Filipe II da Espanha apossou-se do trono português, interrompendo o comércio entre Portugal e as regiões flamengas. Até então, as operações de financiamento e comercialização do açúcar eram centralizadas em Antuérpia. Mas, insurgidos contra os espanhóis, os Países-Baixos sofreriam ataques constantes, e o centro vital dos negócios do açúcar transferiu-se para Amsterdam. (FERLINI, 1984, p. 74).

Portugal enfraquecido passa, a partir da metade do século XVII, a tomar um rumo como potência colonial. Para isso, necessita unir-se com outro país, e o escolhido passa a ser a Inglaterra. Em 1642, Portugal e Inglaterra unem-se e passam a partir desse momento a modificar tanto política com economicamente Portugal e o Brasil, nos séculos seguintes. Iniciando-se logo a etapa de mineração no Brasil, concluindo-se então a etapa colonial brasileira.

#### **4.2 A Holanda e o amparo financeiro na produção açucareira**

A primeira invasão dos Holandeses em terras brasileiras ocorreu entre 1624 e 1625, com alvo principal a Bahia, pelo fato do grande número de engenhos vizinhos e pela grande produção de açúcar, porém a presença de latifúndios canavieiros propiciou inúmeras dificuldades para os invasores. Mendonça e Pires (2002), ressaltam que os holandeses auxiliaram essa introdução da indústria açucareira através de financiamentos para que fosse possível a construção dos primeiros engenhos no Nordeste.

Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitais holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que os capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação de mão de obra escrava. (FURTADO, 2003, p.17)

Furtado (2003, p. 16) ainda enfatiza que “a contribuição dos flamengos – principalmente holandeses – para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século XVI, constituiu um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil”.

Neste momento inicial de implementar a produção de cana de açúcar no território brasileiro, os únicos que dispunham de uma adequada organização comercial e um forte capital financeiro era a Holanda. Os Países-Baixos ofertaram a fonte de capital que se fazia necessário na indústria açucareira, e também houve uma contribuição ao se fornecer manufaturas que se faziam necessárias, além de auxiliarem na distribuição do açúcar. É como

reforça Sodré (1996, p.17) “Foram os holandeses que permitiram a rápida expansão da produção brasileira de açúcar”.

Acerca da questão de auxílio holandês Furtado (2003, p. 17) cita que: “tudo indica que os capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação da mão de obra escrava”. Tem-se que a questão açucareira era mais dos holandeses do que dos próprios portugueses, pelo fato de que a Holanda transporta, refina e ainda comercializa o produto.

É de suma importância destacar que os Holandeses não invadiram o Brasil com a intenção de coloniza-lo, assim sendo, o principal motivo que atizou os batavos foi o interesse mercantil pelo país. Atraídos pela grande produção de açúcar, descendente dos engenhos em terras tropicais que os portugueses implantaram, visavam dominar este comércio existente. Os holandeses contavam com duas alternativas: podiam criar outra região produtora de açúcar ou poderiam apoderar-se da zona brasileira.

Durante o período que aqui permaneceram, os holandeses “sugaram” todos os conhecimentos possíveis acerca da produção açucareira. Portugal passa a perder o monopólio, pois com as noções adquiridas os holandeses desenvolveram e introduziram uma indústria concorrente na região do Caribe.

Com a desestabilização portuguesa em 1581, os holandeses perceberam o quão perspectivo e lucrativo era o açúcar no Brasil e criaram a Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, o objetivo era explorar países adversários dos quais podia extrair vantagens econômicas. Os holandeses saquearam a Bahia até o Maranhão o que gerou vários confrontos, a ocupação holandesa ocasionou a separação do Grão-Pará e Maranhão do resto do Brasil português.

Em 1660, a economia açucareira das Antilhas estava exercendo em grandes proporções, com equipamentos novos e mais próximos dos consumidores europeus. Holanda impôs sua própria indústria açucareira o que ocasionou uma forte concorrência tanto no âmbito da produção quanto na distribuição.

Diferentemente dos portugueses, os holandeses tinham uma estrutura na qual a exploração das terras eram realizadas por empresas e não em contato direto com o governo. Ainda porque tinham uma exploração econômica mais capitalista tendo-se a penhora de bens de raiz, o que não era admitido pela Coroa portuguesa. Por conseguinte, no Brasil holandês teve-se um crescimento avançado na vida urbana pelo fato da retenção de parte das rendas fiscais.

Criando no Nordeste seu próprio mundo, o açúcar prosperava e no final do século XVI a produção brasileira era hegemônica. Ao mesmo tempo aumentava a importância dos flamengos no negócio do açúcar. Com sua poderosa frota mercantil e sua vasta rede bancária, possuíam as condições necessárias para ampliar o mercado consumidor. Estimulado pela prosperidade provocada com a chegada dos metais das colônias espanholas, o consumo europeu crescera no século XVI. (FERLINI, 1984, p. 74).

Os holandeses permaneceram em solo brasileiro durante duas décadas, entre 1630 e 1654, assim nesse período obtiveram experiência técnica o que os ajudou ao implantar e desenvolver a agroindústria do açúcar no Caribe, em especial nas ilhas coloniais inglesas, mais conhecidas como Barbados, e francesas mais conhecidas como Martinica.

Com a penetração do açúcar nas Antilhas, teve-se a expulsão dos holandeses do Nordeste do Brasil isso ocorre em virtude das lentas transformações que ocorriam nas ilhas antilhanas. Os holandeses, que eram os senhores da técnica de produção, trabalhavam e se dedicavam-se tendo em vista criar outra indústria açucareira fora do Brasil. Esses encontram condições favoráveis nas Antilhas francesas e inglesas que como dito por Furtado (2003, p. 31): “preferem colaborar com os colonos dessas regiões a ocupar novas terras e instalar por conta própria indústria”. Os fatores determinantes para que os holandeses se estabelecerem nas Antilhas foi pelos incentivos ingleses e franceses e pela hostilidade crescente luso-brasileira.

#### **4.3 A decadência espanhola e o benefício Português**

Os espanhóis extraíam metais preciosos e faziam-se uso da mão de obra indígena também. A relação Metrópole-colônia fomentou a falta de transporte, gerando uma eleva o nos fretes. Obtiveram um grande afluxo de metais preciosos, transformando-se forma intensa que elevou o fluxo de renda com auxílio dos gastos públicos ou gastos privados que foram subsidiados pelo governo provocaram uma acentuada infla o. Esta infla o impactou os preços, as importa es e exporta es, ainda afetou os subsídios que o governo oferecia crescendo assim, o número de pessoas economicamente inativas. Deste modo, esse aglomerado de eventos afetou a economia americana.

Tem-se em mente a questão de que se não houvesse esta crise na Espanha, os portugueses teriam sido afetados, gerando assim dificuldades para este povo chegar as terras brasileiras e logo, desenvolvido o comércio açucareiro.   como cita Furtado (2003, p.21):

“houvesse a colonização espanhola evoluído nesse sentido e muito maiores teriam sido as dificuldades enfrentadas pela empresa portuguesa para vencer”.

Esse ponto em questão, decorre pelo fato da Espanha ter uma grande quantidade de terras propícias para a produção do açúcar e que eram bem mais próximas da Europa, aliás a mão de obra indígena era mais evoluída e tudo sabe-se da enorme abundância financeira desta Nação. Esses pontos destacados nos relatam o porquê da Espanha poderia ter dominado o mercado de produtos tropicais, como no caso o açúcar.

#### **4.4 Franceses e ingleses presentes no ciclo do açúcar**

No começo do século XVII, Franceses e ingleses concentram-se em torno do seu objetivo central, que é alocar nas Antilhas grandes núcleos da população europeia e dominar-se da grande escala de rios neste local.

A França, devido as grandes proporções que tomou a introdução e sucesso do açúcar nas Antilhas, reagiu com providências para deter que a população branca deixasse o local e transformou as colônias de povoamento em grandes plantações de açúcar. Com a valorização dessas terras, teve-se destruído a colonização de povoamento que havia ocorrido nas regiões tropicais da América.

#### **4.5 União da Inglaterra e Portugal no final do século XVII**

A Inglaterra passa a ser a espora de Portugal quando enfraquecido. Esse partir da metade do século XVII, passa a tomar um rumo como potência colonial e para isso, necessita unir-se com outro país, e o escolhido passa a ser a Inglaterra. Em 1642, ambos os países unem-se e passam a partir desse momento a modificar tanto política com economicamente Portugal e o Brasil nos séculos seguintes. Iniciando-se logo a etapa de mineração no Brasil, concluindo-se então a etapa colonial brasileira.

### **5. O DESEMPENHO FAVORÁVEL DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA NO BRASIL VIS À VIS AS TENTATIVAS CÍCLICAS ANTERIORES**

Assume-se que os portugueses tem como sua finalidade produzir em terras brasileiras para compensar economicamente e proteger sua colônia de ataques estrangeiros, isso ocorre

ainda pelo fato de que em seu país as condições não eram favoráveis ao cultivo de cana de açúcar diferente das terras brasileiras que eram propícias para esta produção.

Portanto, dentre os países europeus interessados nas terras brasileiras, foi Portugal o pioneiro no século XV. Assim, que chegaram ao Brasil passaram a povoar e organizar a produção, sendo que aqui nem se chegou a “ensaiar o trabalhador branco,” como destaca Júnior (1999. P 30). Assim, acerca do povoamento ocorrido Júnior (1999) distingue as colônias tropicais das temperadas de acordo com a forma de colonização ocorrida em cada uma destas.

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de *povoamento*, escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança de seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil, (...) (JÚNIOR, 1999, p. 30-31)

Ao defrontar-se com o caso do Pau-Brasil e questionar-se acerca do povoamento, é afirmável que através da exploração do Pau-Brasil não consegue-se fixar qualquer núcleo de povoamento no Brasil, isso deve-se pelo fato de que a madeira procurada se espalhava pelos lugares e acabava se esgotando de forma rápida pelo corte intensivo. Por consequência disso, a indústria extrativista do Pau-Brasil tinha que indispensavelmente ser nômade. Por conseguinte, não pode dar origem a um povoamento regular e estável, como cita Júnior (2008).

## CONCLUSÃO

A chegada de um povo às terras brasileiras foi proveniente de vários conflitos, e interesses diferenciados. Cada qual vislumbrava algum proveito das nossas terras brasileiras, tanto franceses quanto ingleses, e até os Portugueses estavam neste ocorrido, porém quem levou a vantagem e foi o pioneiro no povoamento das terras tropicais foi Portugal, no século XV. Assim, esse passou a organizar e como diz o ditado popular “colocar a casa em ordem”. É imperativo destacar que os portugueses vieram para cá com o objetivo de extrair produtos tropicais, e se deparou com as perfeitas condições climáticas e de solo para o cultivo da cana de açúcar, que já se era produzida por Portugal na Europa.

Em virtude disto, teve-se a formação de uma completa indústria açucareira, com seus engenhos e conseqüentemente os senhores de engenho para organizarem suas terras, essas que são as sesmarias derivadas de lotes de terras que foram denominadas como Capitania Hereditárias. Teve-se assim, uma indústria açucareira com a presença da monocultura, da mão de obra escrava e com uma grande fonte de lucros para Portugal.

Para esta ampla organização conseguir o sucesso obtido, há questões inerentes a participação dos Países Europeus neste período. Portanto, cabe ressaltar que o incidente da quebra da Nação Espanhola favoreceu o pioneirismo de Portugal. No caso da Holanda, foi ela que auxiliou os portugueses quando mais necessitavam, pois financiou as instalações produtivas da cana de açúcar e assim, teve a possibilidade da implantação desta indústria por Portugal. Porém, depois de auxiliar e ver o quão lucrativo era este comércio, os holandeses trocam de papel, passam a estocar todas as técnicas e a forma com que a produção açucareira estava organizada, para depois instalarem sua própria indústria nas Antilhas.

Foi este episódio que despençou o monopólio português, que sofreu com esta concorrência e acabou entrando em decadência. Desequilibrada busca forças e no século XVII une-se com a Inglaterra, modificando a economia dos países e inicia-se, conseqüentemente, a etapa de mineração no Brasil.

Percebe-se que a interação entre os países desenvolveram nossa economia neste período analisado, e que foi graças a sequência de acontecimentos que alavancaram o sucesso deste empreendimento, pois coloca-se em questão o fato da decadência da Espanha que promoveu e auxiliou os Portugueses na inserção da economia açucareira. Pois, caso não houvesse ocorrido esta decadência, poderia ter sido os Espanhóis os pioneiros nesta formação da economia açucareira, podendo haver um confronto entre os mesmos para explorar as terras brasileiras.

Além deste ponto, a respeito do impacto da participação dos Países Europeus, pode-se levar em consideração a questão do desempenho favorável da produção açucareira, *vis a vis* as tentativas cíclicas anteriores. Acerca disso, podemos considerar o fator importante foi o povoamento do povo português nas terras brasileiras, por ter-se povoado com o objetivo de extrair o máximo possível os produtos tropicais, e logo, conseguiu-se instalar a indústria açucareira que permaneceu e evoluiu o país enormemente. Diferentemente, do caso da extração do Pau-Brasil, não conseguiu-se obter o sucesso como o do açúcar, pelo fato de que ao extrair-se o Pau-Brasil vai se diminuindo este no lugar, o que faz-se preciso se deslocar para outros lugares onde há predominância do mesmo. Assim, a indústria extrativista de Pau-



Brasil têm como necessidade ser nômade, e no caso do açúcar não tem-se este ponto específico.

Sendo assim, é de extrema importância a presença e a contribuição de cada país europeu, principalmente dos portugueses pelo pioneirismo e pelo conhecimento acerca da produção açucareira; já dos Holandeses pelo apoio financeiro, mas tempos depois passam a ser os grandes concorrentes de Portugal na produção de açúcar. Além disso, é pelo fato de não ser nômade e poder se fixar na terra conquistada, ao contrário do Pau-Brasil, que o açúcar obteve o tamanho sucesso. Então, pode-se dizer que foi graças ao povoamento das terras brasileiras e pela inserção dos países europeus que o ciclo de açúcar obteve tamanho êxito.

## REFERÊNCIAS

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A Civilização do Açúcar (séculos XVI a XVIII)** 1. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1984.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 2º edição. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1984.

JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução Política do Brasil**. 6ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

MENDONÇA, Marina Gusmão; PIRES, Marcos Cordeiro. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RAMOS, Duílio. **História da Civilização Brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Evolução social e econômica do Brasil**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1996.